

PAÍS DA DESIGUALDADE

IBGE: renda dos mais pobres caiu 48% em 10 anos

Houve perda em todas as faixas, mas o 1% mais rico foi quem menos viu seus ingressos retrocederem

A renda média mensal dos brasileiros caiu ao menor valor desde 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE. A redução atingiu desproporcionalmente as faixas de renda mais baixas. A parcela dos 5% mais pobres perdeu 48% desde 2012, enquanto o 1%

mais rico teve queda de 6,9% no mesmo período. Só em 2021, a retração média foi de 6,9%. Entre os motivos estão o avanço da inflação e a redução do valor e do número de famílias atendidas pelo auxílio emergencial no ano passado. A desigualdade medida pelo índice Gini aumentou em todas as regiões. **PÁGINA 13**

MAIS DESIGUALDADE

RENDA É A MENOR EM 10 ANOS

Queda entre os 5% mais pobres foi de 48% desde 2012, entre o 1% mais rico, de 6,9%

CAROLINA NALIN
E JÉSSICA MARQUES*
economista@oglobo.com.br

A renda média dos brasileiros recuou ao menor patamar em dez anos. É o que mostrou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) que trouxe o rendimento de todas as fontes de 2021, divulgada ontem pelo IBGE. No ano passado, a renda média mensal domiciliar per capita foi de R\$ 1.353. É o menor valor desde 2012, quando começou a série histórica da pesquisa. Em 2021, a retração foi de 6,9%, também a maior queda do levantamento.

A redução do valor e do número de famílias atendidas pelo Auxílio Emergencial no ano passado, em meio à lenta recuperação do mercado de trabalho, fez a renda cair mais. Em 2020, 23,7% das famílias recebiam transferências, em 2021 o percentual passou a 15,4%. Outro fator que explica a queda no rendimento é o avanço da inflação.

— Tem efeito pandemia, efeito inflacionário e efeito da retirada desses colchões de proteção, com o mercado de trabalho ainda tentando se recuperar. São vários fatores que contribuíram, não é possível dizer qual preponderou, mas podemos dizer que todos perderam — diz Alessandra Brito, analista da Pnad Contínua.

Todos as famílias nas diferentes faixas de renda perderam desde 2012, mas entre os 5% mais pobres o rendimento despencou 48%, passando de R\$ 75 em 2012 para R\$ 39 no ano passado. Já o 1% mais rico perdeu 6,9% no período, de R\$ 17.128 para R\$ 15.940 mil, in-

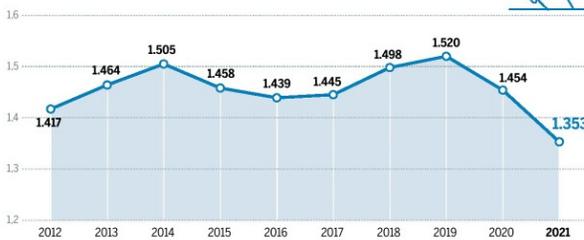


“A renda e a desigualdade vão melhorar em algum momento, mas ainda não vejo essa luz no fim do túnel”

Marcelo Neri, economista, diretor da FGV Social

OS GANHOS NOS DOMICÍLIOS

Renda média mensal domiciliar per capita (Em R\$)*



*Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a preços médios do último ano

Segundo as classes de renda (Em R\$)*

	2012	2020	2021	Variação 2021-2012 (redução da renda)
Até 5%	75	59	39	48% ↓
De 5% até 10%	198	217	148	25,3% ↓
Mais de 40% até 50%	752	810	721	4,4% ↓
Mais de 50% até 60%	953	1018	926	2,8% ↓
Mais de 95% até 99%	6.250	6.457	6.237	4,3% ↓
Mais de 99% até 100%	17.128	17.033	15.940	6,9% ↓

*A preços médios do último ano, já descontada a inflação. Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua



Concentração de renda

38,4 vezes

O 1% mais rico do país ganha o equivalente a 38,4 vezes o rendimento dos 50% mais pobres

que a inflação segue elevada e o calendário eleitoral adiciona instabilidade ao cenário.

— Não tem muito o que comemorar em 2022 e, olhando para 2023, talvez seja ainda mais difícil porque vai ser o ano em que não vai haver mais a preocupação eleitoral. Vamos botar os pés no chão em uma situação difícil. A renda e a desigualdade vão melhorar em algum momento, mas ainda não vejo essa luz no fim do túnel — analisa Neri.

MAIS CONCENTRAÇÃO

Essa queda desigual também é percebida na apropriação da renda. A parcela de brasileiros que faz parte do 1% com os maiores rendimentos mensais recebe atualmente, em média, o equivalente a 38,4 vezes o que a metade da população do país com os menores rendimentos ganha. Diferença bem maior que em 2020 que fora de 34,8%.

— Os mais pobres perderam bastante em termos de renda — destaca Alessandra Brito, do IBGE.

O Índice de Gini, que quanto mais perto de 1, mais concentrada a renda numa economia, subiu no ano passado. De acordo com o IBGE, o coeficiente de Gini do rendimento médio per capita subiu de 0,524 em 2020 para 0,544 em 2021, motivado pela redução do auxílio emergencial e mercado de trabalho ainda fraco.

“A desigualdade medida pelo Gini aumentou em todas as regiões, sobretudo nas Norte e Nordeste, onde o recebimento do auxílio emergencial atingiu maior proporção de domicílios durante a pandemia de Covid-19 e que podem ter sido mais afetadas com as mudanças no programa ocorridas em 2021”, informou o IBGE.

Neri vê com preocupação a escalada da desigualdade. Ele lembra que o país já passava por esse aumento com a recessão de 2015 e 2016.

— A pandemia é um fenômeno global, mas há dificuldade no Brasil em enfrentá-la de maneira menos instável.

*Estagiária, sob supervisão de Danielle Nogueira

tensificando a desigualdade.

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, chama a atenção para o contexto em que se deu a piora da desigualdade e da queda da renda das famílias. Enquanto o ano de 2020 foi “anestesiado” pelo auxílio emergencial, Neri lembra que 2021 começou com a interrupção do pagamento do benefício e terminou com a criação do Auxílio Brasil, menos generoso e mais restrito no contingente de beneficiários. O novo programa tem um desenho que dificulta a mensuração da realidade das diversas famílias atendidas:

— Tem essa terceira dimensão. Tudo se deu sob muita instabilidade, e esse movimento errático impacta o bem-estar e agrava os efeitos. A gente desajustou a política social. Poderíamos estimar melhor o grau de pobreza com o histórico do cadastro único via aplicativo deixado pelo Auxílio Emergencial e fazer melhores ajustes de política social do que se

está fazendo agora.

Maria da Conceição Ferreira da Silva, de 31 anos, foi uma das que viu o valor do benefício assistencial cair de R\$ 600 para R\$ 400. A maranhense trabalhava como manicure pouco antes da pandemia e chegava a ganhar mais de um salário mínimo. Com a perda de renda e a gravidez da primeira filha, hoje com dois anos de idade, ela depende do auxílio do governo. Há cinco meses passou a trabalhar com artesanato.

Com uma renda informal que não ultrapassa R\$ 800,

um acidente de trabalho agravou a situação:

— É difícil ter que sobreviver com o mínimo. Eu trabalho por encomenda quando não tem pedido fico dependendo do auxílio. Perdi parte do movimento das mãos, isso dificulta que eu volte a trabalhar como antes. Minha filha tem dois anos, e eu tento não deixar faltar nada para ela. Está tudo muito caro, não está sendo fácil vender meus artesanatos.

O rendimento chegou a atingir a maior média da série (R\$ 1.520) em 2019, antes da

chegada da pandemia de Covid-19. Mas, desde que o país passou a enfrentar os efeitos econômicos da crise sanitária, o rendimento tem caído. Em 2020, recuou 4,3% frente o ano anterior. Se considerados os 50% da população com os menores rendimentos, esta parcela recebeu, em média, R\$ 415 em 2021, também o menor valor em dez anos.

CENÁRIO DIFÍCIL EM 2022

A pesquisa também revela que todas as regiões do país registraram perda de renda per capita entre 2020 e 2021. Entre elas, o Nordeste segue com menor rendimento médio mensal domiciliar, ao atingir R\$ 843 no ano passado contra média nacional de R\$ 1.353.

Neri diz que o ano de 2022 ainda apresentará indicadores ruins no que se refere à renda e desigualdade. Isso porque a queda no rendimento do trabalho supera a boa notícia de aumento da ocupação neste ano, ao passo em



MARCELO FOLETTO

Pobreza. Catador no Aterro do Flamengo. Ele vive com Auxílio Brasil

Famílias perdem R\$ 30,5 bilhões em 2 anos de pandemia

Soma dos ganhos mensais de todos os domicílios caiu com crise e inflação. Só no ano passado, a redução foi de R\$ 19,2 bilhões.

A pandemia fez a renda mensal das famílias despencar. Em dois anos, a soma de rendimentos de todas as fontes de renda do trabalho, aposentadoria, bolsas e programas sociais pagos pelo governo, caiu 9,1% entre 2019 e 2021, o que representou uma perda de R\$ 30,5 bilhões em termos reais, descontada a inflação.

A soma da renda mensal das famílias foi de R\$ 287,7 bilhões em 2021, o segundo mais baixo montante desde 2012, contra R\$ 318,3 bilhões de 2019. E a maior parte da redução aconteceu no segundo ano da pandemia. No ano passado, caiu R\$ 19,2 bilhões, 60% do total frente a 2019.

Tanto o rendimento do trabalho quanto a parcela

de outros rendimentos, onde estão incluídas as transferências do governo, caíram em 2021. A remuneração que vem das ocupações somou R\$ 216,7 bilhões, recuo de 8,5% frente a 2019. E a parcela da população que recebia algum benefício baixou de 14,3% para 10,6%.

Entre 2020 e 2021, todas as Grandes Regiões apresentaram redução na massa

de rendimento domiciliar per capita, com destaque para o Nordeste, onde o conjunto de rendimentos

9,1%

Foi a redução na massa de renda das famílias. Entre 2019 e 2021, nos dois anos de crise sanitária, as famílias empobreceram

das famílias caiu 12%. Além da crise, a inflação mais alta em 2021 ajuda a explicar esse tombo.

Todos os domicílios registraram recuo no rendimento, mas a perda foi maior nos lares em que havia algum membro da família recebendo algum tipo de programa social. Enquanto os domicílios não beneficiários tiveram queda de 5,4% da renda, a

renda per capita dos beneficiários do Bolsa Família desvalorizou o dobro: recuo de 10,8% entre 2020 e 2021.

Entre os domicílios que tiveram algum membro recebendo outro programa social, como é o caso do Auxílio Emergencial, a redução no rendimento médio foi ainda maior, de 26,1% entre 2020 e 2021. Isso porque o valor do benefício foi reduzido pelo governo no ano passado. Nos lares sem beneficiários de este tipo de programa, a perda foi de 10,3% em relação ao ano anterior. (Carolina Nalin)

Editoria de Arte